

Seminário “Contar, descrever e administrar populações coloniais. Império português, sécs. XVIII-XIX”.

4 de Maio de 2015, FCSH (Edifício I&D, sala 0.06)

Resumos das Comunicações.

Pedro Aires Oliveira (FCSH/NOVA), Conjunturas do império (séculos XIX e XX)

Propomo-nos nesta comunicação apresentar uma síntese que dê conta das tendências de fundo que moldaram as conjunturas do império ultramarino português ao longo dos séculos XIX e XX. Procuraremos identificar alguns pontos de viragem determinantes, bem como aferir que tipo de influências poderão ter estado por detrás das adaptações político-institucionais que foram sendo introduzidas na formação imperial portuguesa.

Pedro Tavares de Almeida (FCSH/NOVA), Paulo Silveira e Sousa, Império, burocracia e elites: o ministério da Marinha e Ultramar, 1835-1911.

A nossa apresentação pretende descrever e discutir a evolução e especialização do ministério da Marinha e Ultramar (1835-1911), bem como realizar uma análise prosopográfica dos seus dirigentes políticos e administrativos (1851-1911). Analisaremos os principais momentos de reforma das estruturas administrativas centrais, bem como o seu progressivo crescimento, ramificação e especialização. Tentaremos demonstrar que o aumento do número de estruturas e de funcionários, que se acentuou a partir da década de 1890, foi introduzindo novos critérios de selecção e de promoção que incorporavam parcialmente princípios como o conhecimento directo das colónias e a experiência na administração colonial. Contudo, estes princípios somente se tornarão generalizados a partir da criação do ministério das Colónias, em 1911. Num segundo ponto, iremos traçar uma prosopografia das elites administrativas e ministeriais que ocuparam a Direcção-Geral do Ultramar, a Secretária-Geral e a chefia do ministério. Nesta secção avaliaremos as suas origens geográficas, distribuição etária, formação académica, perfil ocupacional à data da nomeação, experiência política e padrões de carreira.

Paulo Teodoro de Matos (CHAM- FCSH/NOVA-UAc), Contar e descrever populações asiáticas. O quadro normativo e as categorias censitárias na Índia Portuguesa, 1776-1881.

Esta comunicação centra-se produção de estatísticas demográficas ordenadas pela Coroa portuguesa na Índia Portuguesa, entre 1776 e 1881. A primeira data corresponde ao Aviso Régio de 21.05.1776 pela qual se ordena a produção regular e anual das estatísticas da população para todo o império português. A segunda, 1881, relaciona-se com a produção do primeiro recenseamento da Índia Portuguesa, o que vem a marcar o nascimento da “estatística moderna”.

A partir do quadro normativo que norteou a produção da estatística da população e das categorias censitárias usadas nos territórios de Goa, Damão e Diu tenta-se uma primeira aproximação às principais fases e modelos ensaiados para o cômputo das populações. Partindo-se de uma análise comparada dos três espaços pretende-se, ainda, perspectivar a eventual permeabilidade da legislação régia às necessidades das autoridades locais na categorização censitária.

Luís Cabral de Oliveira (CEDIS/FD NOVA), Entre a estatística que conta e o direito que descreve: elites católicas, mapas populacionais e testamentos nas Velhas Conquistas (Goa, séculos XVIII e XIX)

Ao percorrermos vários dos Mappas dos habitantes das Velhas Conquistas de Goa de finais dos séculos XVIII e inícios do século XIX encontramos em regra pelo menos dois grupos distintos: cristãos e gentios. Em paralelo, entre os primeiros é usual distinguir-se entre brancos e naturais. Ora, estes elementos, apesar da imensa importância e utilidade que encerram, não se nos afiguram bastantes para caracterizar a sociedade goesa daquela época, sobretudo no que respeita às suas elites católicas. Importa assim, para além de contar os habitantes da Goa de então, descrever essas elites – numericamente pouco significativas mas desempenhando um papel determinante na administração do Estado da Índia –, cujo conhecimento cremos ser indispensável para um entendimento completo daquelas paragens e respetivas dinâmicas. Propomo-nos fazê-lo partindo da análise das considerações veiculadas por Filipe Nery Xavier na Noção histórica que publicou em O Gabinete Litterario das Fontainhas (1846). Tratando-se de um texto que virá a servir, direta ou indiretamente, de modelo para muitos dos autores que posteriormente se debruçaram sobre a questão, procuraremos ainda demonstrar que as particularidades e traços identificadores que o autor associa a cada um dos grupos que trata – elites reinóis, elites descendentes e elites naturais católicas (que no seu conjunto constituem as elites católicas goesas) – se espelham de forma bastante evidente no conjunto dos testamentos ditados por inúmeros membros dessas mesmas elites na segunda metade do século XVIII e no primeiro quartel de oitocentos.

Alice Santiago Faria (CHAM - FCSH/NOVA-UAc), As populações coloniais e as obras públicas do império português nos finais do séc. XIX.

Em Dezembro de 1869 foram criados pela primeira vez, com uma composição base semelhante, os serviços de obras públicas locais em todo o espaço ultramarino português. Desejava-se o desenvolvimento de todos os territórios, apostando na descentralização e dotando os referidos serviços do pessoal técnico necessário para tal. Os serviços eram organizados centralmente em duas divisões. À primeira pertenciam os territórios de Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe, Guiné e Angola; à segunda, Moçambique, Estado da Índia, Macau e Timor. Tentando traçar um quadro comparativo entre os diferentes territórios que pertenciam à segunda divisão, esta apresentação pretende olhar para o modo como esta secção da administração colonial se relacionavam com as populações locais, nas suas variadas componentes (identificando e analisando quem integrava os seus quadros, quem construía, para quem se construía, quem pagava, etc.).

Cristina Nogueira da Silva (CEDIS/FD NOVA), “Populações coloniais, mapas da população e representação política no Portugal de Oitocentos”

O meu objectivo é o de refletir sobre o estatuto das populações ultramarinas que, estando contabilizadas nos mapas da população do território que se produziram, de forma tendencialmente sistemática, a partir da segunda metade do século XVIII, não foram depois contabilizadas para efeitos de cálculo do número de deputados que deviam representar as províncias ultramarinas. O exemplo mais sintomático é o dos escravos, contados (como pessoas?, como mercadoria?) nos Mapas da população dos territórios portugueses do ultramar, mas expressamente excluídos daquele cálculo logo na primeira constituição portuguesa. Mas, além destes, outros grupos, estatisticamente valorizados, foram excluídos do cálculo da representação. Pretende-se, com estas reflexões, visitar o problema de saber quem, nos territórios ultramarinos, era cidadão português ou, ainda que de modo omitido, era apenas “súbdito colonial”.

Mariana Armond Dias Paes (FD-Universidade de S. Paulo), Os juristas brasileiros e a classificação binária das pessoas no século XIX

No Brasil, ao longo do século XIX, o processo de construção do Estado Nacional foi especialmente intenso e os burocratas brasileiros foram os responsáveis por grande parte das deliberações sobre os procedimentos de racionalização da estrutura administrativa. Esses burocratas ou eram bacharéis em direito, ou estavam intimamente ligados a eles. A análise de obras jurídicas brasileiras da época demonstra que juristas envolvidos com a administração estatal se valiam de uma classificação binária dos sujeitos de direitos: livres ou escravos. Essa classificação binária tinha um lado perverso: encobria a existência de uma extensa gama de pessoas “livres” que sofriam restrições na aquisição e no exercício de direitos. O modelo conceitual binário não era capaz de abarcar os diversos estatutos jurídicos presentes na sociedade brasileira, como, por exemplo, os escravos em condomínio, os statu-liber, os africanos livres, os ingênuos e, mais tarde, os sexagenários. Essa classificação doutrinária binária foi reproduzida em diversos procedimentos administrativos adotados pelo Estado brasileiro, como, por exemplo, no recenseamento de 1872. Assim, o presente trabalho, a partir da análise da doutrina jurídica brasileira oitocentista, tecerá considerações a respeito de como a divisão binária das pessoas em livres e escravas, também presente em práticas administrativas estatais, simplificava a realidade social, ocultando a existência de diversos outros estatutos jurídicos sujeitos a intensas restrições de direitos.

António Manuel Hespanha (CEDIS/FD NOVA), Ver outras coisas. Construir outros objetos. Em defesa dos métodos quantitativos.

1. Ver outras coisas. Construir outros objetos. Em defesa dos métodos quantitativos.
2. **As objeções ao quantitativo.** A irrepetibilidade do facto histórico. A obsessão da contextualização. A construção dos objetos históricos e a ilusão da objetividade. A inevitabilidade da distorção representacional.

3. **Os méritos do tratamento de dados quantitativos.** Memória: O que passei a ver com o tratamento de dados quantitativos com auxílio de métodos estatísticos mais avançados – correlação e regressão e múltiplas, cartografia dos resultados, análises de clusters)¹.
4. **Técnicas modernas de visualização de dados**² (v. <http://www.creativebloq.com/design-tools/data-visualization-712402>; <http://www.computerworld.com/article/2507728/enterprise-applications-22-free-tools-for-data-visualization-and-analysis.html>; <http://www.computerworld.com/article/2506820/business-intelligence-chart-and-image-gallery-30-free-tools-for-data-visualization-and-analysis.html>; <http://www.webdesignerdepot.com/2009/06/50-great-examples-of-data-visualization/>; <http://www.visualisingdata.com/>)
5. **Uaaau !**
 - <https://public.tableau.com/s/> -
 - Uma visão “dramática dos dados” - http://www.ted.com/playlists/56/making_sense_of_too_much_data
 - Visualizando grandes gastos e seus usos - http://www.ted.com/talks/david_mccandless_the_beauty_of_data_visualization
 - Fazendo mapas do passado - http://www.ted.com/playlists/138/adventures_in_mapping
 - A história mundial da cultura a partir das palavras dos livros - http://www.ted.com/playlists/56/making_sense_of_too_much_data

¹ <https://drive.google.com/drive/folders/0BxG11aEdnDQ2M1Y2WnYzYmtjbFU>

² Sobre a retórica das imagens de dados: Hespanha Stacy R. Political framing of Climate Change in US News Imagery (<https://drive.google.com/file/d/0BxG11aEdnDQ2NGpiMIRGaEIOZkU/view?usp=sharing>) (ou <https://drive.google.com/drive/my-drive>)